



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1 – Responsável(is) pela elaboração do ETP:

Realizado por (Nome/Razão Social): Jonhnias Silva Almeida

Matrícula: 9077 CPF: 078.328.785-25(x) Servidor Público Municipal () Empresa terceirizada

Realizado por (Nome/Razão Social): Fabiana Moraes da Cruz Santos

Matrícula: 6643 CPF: 021.649.625-08 (x) Servidor Público Municipal () Empresa terceirizada

2 – Descrição da necessidade (art. 18, §1º, inciso I)

Considerando o tráfego contínuo por diversos espaços do município, é evidente que essas vias desempenham papel essencial no deslocamento diário de pedestres, tráfego de carros especialmente por meio dos ônibus escolares e visitantes de cidades circunvizinhas. Dessa forma, é dever do município garantir a manutenção da funcionalidade dessas vias e assegurar a integridade do patrimônio público, realizando intervenções de forma rotineira e permanente, evitando os inúmeros problemas decorrentes do grande fluxo de veículos.

O desgaste das vias é causado principalmente pelo tráfego intenso e pelas condições climáticas adversas, como chuvas, variações de temperatura e exposição ao sol. Esses fatores contribuem para danos estruturais progressivos, que podem resultar em acidentes devido a falhas humanas, inadequação na sinalização de trânsito ou alterações nas propriedades físicas do pavimento. À medida que o asfalto envelhece, sua viscosidade aumenta, tornando-se mais rígido e suscetível a rachaduras e quebras.

A manutenção preventiva tem como objetivo principal preservar e conservar as condições das estradas. Sendo necessária para minimizar os impactos das ações climáticas, do uso contínuo e do desgaste natural. Por outro lado, as intervenções corretivas devem ser esporádicas e complementares, realizadas apenas quando a manutenção preventiva não for suficiente. Assim, medidas como remendos superficiais, reparos localizados e impermeabilização de trincas podem ser reduzidas, evitando deformidades e garantindo que as vias se mantenham dentro dos padrões adequados para rodagem.

Além das vias principais, é fundamental dar atenção às áreas adjacentes destinadas ao uso exclusivo de pedestres como calçadas. A preservação dessas estruturas é crucial para proporcionar segurança, conforto e acessibilidade, promovendo o deslocamento sustentável e ergonômico. Dessa forma, a manutenção urbana eficiente assegura o direito de ir e vir oferecendo infraestrutura adequada para todos, melhorando a mobilidade urbana e rural, atuando diretamente na redução do tempo de deslocamento permitindo também uma maior fluidez no tráfego, otimizando o deslocamento diário, além de conectar as áreas rurais ao centro urbano, facilitando o transporte de pessoas, bens e serviços.

Considerando a necessidade de se rever o quantitativo do item de CBUQ, como também a inclusão de novos itens a serem inseridos no orçamento, tendo em vista a previsão de novos locais a serem contemplados, conforme o Plano Plurianual.

Considerando o princípio da economicidade, eficiência e efetividade, a Prefeitura de Mata de São João entende ser pertinente e devidamente justificável a contratação de serviços para requalificação viária, atendendo às necessidades da população e garantindo a preservação de seu patrimônio público.

A necessidade de realizar a requalificação das pavimentações em vias urbanas e vicinais em um município pode ser justificada por uma série de fatores relacionados à segurança, mobilidade, qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico.

2.2 – Qual o público alvo será beneficiado?



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Toda a população da zona rural, sede e litoral do município de Mata de São João-BA.

2.3 – É uma contratação específica para o setor ou poderá envolver outros órgãos e setores? Quais?

É uma contratação específica do setor de Obras e Serviços Públicos.

2.4 – Essa contratação é para suprir uma demanda existente ou é uma oportunidade/ inovação?

Considerando os pontos citados no item 2.1, tal demanda pode ser considerada existente, visto que já havia sido constatada tal necessidade por parte da administração.

2.5 – É uma contratação urgente ou necessária? (Se urgente será entendida como ação corretiva, não prevista com o prazo prévio de 06 meses da necessidade ou por elemento surpresa. Necessária será entendida com planejamento de 06 meses prévios. Inovadora não irá mensurar prazo médio).

Visto que tal necessidade já havia sido prevista e não se trata de uma ação corretiva ou emergência, tal demanda pode ser classificada como contratação necessária.

2.6 – Em que implicará a falta dessa contratação?

A falta de tal execução incorrerá na deterioração acelerada dos pavimentos, levando a custos adicionais com reparos, aumento do risco de possíveis acidentes, congestionamentos além de prejuízos econômicos para o município, comerciantes e empresários locais que podem sofrer pela redução do fluxo de clientes.

2.7 – Essa contratação é para aplicação imediata? É uma contratação de um produto perecível?

Sim. Não.

2.8 – Essa contratação depende de outros fatores externos? Quais?

Não.

2.9 – Não há outra solução para suprir a necessidade?

Conforme descrição da necessidade no item 2 e adiante, serão levantadas as possíveis soluções disponíveis no mercado, a fim de suprir tal necessidade sem incorrer em prejuízos para a administração.

2.10 – Já avaliou a possibilidade de alugar em vez de adquirir ou vice-versa?

Por se tratar de um serviço em equipamentos fixos para atender as necessidades da administração a longo prazo, não se faz viável à locação de tais equipamentos.

3 – Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual (art. 18, §1º, inciso II):

O Município de Mata de São João-BA já elaborou o Plano de Contratação Anual, conforme previsto na Lei 14.133/2021, e conforme recomendação nº 002/2022 CGM, a presente contratação consta no Plano de Contratações Anual contratação nº 254.

4 – Requisitos da Contratação (art. 18, §1º, inciso III): (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR).



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.

Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

O Registro de Preço dar-se-á por meio de licitação, do tipo menor preço global, de modo que o desconto máximo admitido por Lei seja aplicado em todos os itens da planilha orçamentária. Além disso, a Licitante deverá garantir a exequibilidade dos preços propostos, conforme determinará o projeto básico e edital de contratação;

A empresa a ser contratada deverá possuir expertise na prestação dos serviços afins ao objeto pleiteado comprovando através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado;

Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto;

Para o fornecimento dos materiais, a contratada deverá observar no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental;

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues;

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens;

A empresa deverá enviar juntamente com a proposta de preços, os percentuais que correspondem a material e mão de obra, a fim de agilizar o processo de empenho de valores em caso de contratação da mesma;

É imprescindível a disponibilidade de recurso orçamentário dedicado para concretude da Contratação.

4.1 – Quais órgãos também necessitarão dessa contratação?

Trata-se de uma contratação exclusiva da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos- SEOSP

4.2 – Requisitos básicos:

Comprovar através da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado de que atua no ramo de atividade do fornecimento do objeto deste processo e de que cumpriu, ou vem cumprindo, integralmente e de modo satisfatório o Contrato anteriormente mantido com o emitente do atestado.

4.3- Requisitos Legais:

A contratada deve estar em conformidade com todas as legislações municipais, estaduais e federais aplicáveis à execução de obras públicas. Deverão estar quitadas todas as obras fiscais e trabalhistas. Será exigido que a empresa apresente todas as certidões negativas de débitos pertinentes e esteja regularizada junto ao CREA, além de atender integralmente às disposições da Lei 14.133/2021.

5 – Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.

Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



possibilitar economia de escala (art. 18, §1º, inciso IV) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

Os quantitativos dos serviços correlacionado ao Objeto a ser pleiteado não serão obtidos através dos Projetos executivo, os serviços devem levar em consideração as diretrizes técnicas fundamentadas na ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

As quantidades e medidas serão descritas na planilha orçamentária e memorial de cálculo.

6 – Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (art. 18, §1º, inciso V) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO):

Após levantamento de mercado através de contratos anteriores, de acordo com a atual necessidade foi levantado as seguintes soluções:

Solução 1: Abrir processo para contratação de servidores e abrir processo para compra de material e disponibilização de mão de obra própria para atendimento da demanda;

Solução 2: Aquisição de matérias para atendimento da demanda;

Solução 3: Abrir processo de contratação de empresa especializada em engenharia para requalificação das pavimentações de vias urbanas para atendimento da demanda. Para a **solução 1** apresentada não se mostra viável pelo aumento da complexidade administrativa e burocrática. Isso pode ressaltar em uma maior demanda de tempo e recursos da equipe responsável pela gestão desses processos. Tendo em vista que a execução será conforme necessidade. Além disso, a coordenação de servidores e a compra de material pode ser mais difícil, o que pode impactar a eficiência e o alinhamento dos processos.

Para a **solução 2** em alguns casos, a separação dos processos pode também dificultar a gestão integrada das necessidades da organização, levando a possíveis desafios na sincronização das atividades e na otimização dos recursos disponíveis, a fim de atender as necessidades do município de Mata de São João, visto que, as soluções 1 e 2 o processo seria menos eficiente, pois se dá a abertura de dois processos licitatórios, a gestão de dois contratos, além de centralizar a responsabilidade e a emissão de notas por mais de uma pessoa jurídica. Outrossim, tais soluções gerariam mais encargos e custos para a administração.

Em vista disso a **solução 3** é a mais adequada aos interesses da administração tendo em vista o menor custo além de ser fundamental para garantir um resultado de qualidade, segurança e eficiência.

7 – Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (art. 18, §1º, inciso VI) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

Para a compra dos referidos serviços foi utilizado as séries históricas de contratações dos exercícios anteriores como parâmetro para calcular o quantitativo a ser necessário nessa contratação.

CONT N°265/2022- LIGA ENGENHARIA	CONT N°209/2023- PJ CONTRUÇÕES
R\$ 18.626.625,53	R\$ 30.584.853,91





Conforme tabela levantada houve um crescimento nos valores referenciais a qual mostra uma tendência de crescimento, com métricas específicas como o aumento do escopo e maior consumo de matérias/serviços para a execução do objeto ao longo dos exercícios.

Assim a presente contratação tem previsão estimada em R\$ 35.000,000,00 (Trinta e Cinco Milhões). As planilhas com os valores reais e definitivos serão devidamente encartadas aos autos do processo, com as referidas memórias de cálculo e as devidas alterações.

8 – Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (art. 18, §1º, inciso VII) (CASO NÃO PREENCHA, DEVERÁ JUSTIFICAR. LEIA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE ABAIXO).

A solução escolhida conforme descrita no item 6 foi a solução 3 Contratação de empresa de engenharia para realizar a execução de serviços de requalificação das pavimentações em vias urbanas e vicinais no município de Mata de São João/Ba. Sendo responsabilidade da empresa emitir parecer técnico de solos com fornecimento de peças, equipamentos e mão de obra, para estabelecer diretrizes geotécnicas do solo, para elaboração dos projetos.

Considerando o marco normativo estabelecido pela Lei 14.133/2021, que rege o processo de licitações e contratos administrativos, a solução proposta emerge a execução de serviços de requalificação das pavimentações em vias urbanas e vicinais do município de Mata de São João-BA. Essa assertiva tem como fundamento uma análise criteriosa do que preconiza a legislação em termos de segurança jurídica e busca pelo resultado mais vantajoso para a administração pública, sob o prisma tanto da execução técnica quanto do emprego responsável dos recursos financeiros.

Os serviços serão prestados conforme necessidade da administração, após emissão de ordem de serviço.

9 – Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, §1º, inciso VIII) (PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO):

O critério de julgamento será por LOTE UNICO, tendo em vista que a sua fragmentação incorrerá contra integridade qualitativa do objeto a ser fornecido, *in verbis*:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

Art. 39. O julgamento por maior retorno econômico, utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência, considerará a maior economia para a Administração, e a remuneração deverá ser fixada em percentual que incidirá de forma proporcional à economia efetivamente obtida na execução do contrato.
Grifo: Lei nº 14.133/21



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



Considerando a economia em escala, visando eficiência da prestação de serviço e compras efetuadas pela Administração, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando que a presente contratação se trata de uma prestação de serviço e observando-se que centralizando a entrega de todos os itens por uma única pessoa jurídica, facilitará a inclusive o processo de entrega de materiais no prazo, emissão de notas fiscais, além de garantir que a qualidade no produto final esteja padronizada em todos aspectos e regras de mercado tendo em vista a satisfação do interesse público.

Considerando que adjudicação por itens implicaria na perda da economia de escala, tendo em vista que o fornecimento unificado dos itens pode resultar na diluição dos custos fixos do fornecedor, pois em uma licitação de obras, de acordo com o acórdão 3140/2006 do TCU, considera-se que a contratação parcelada pode gerar uma excessiva pulverização dos serviços, tornando mais dispendiosa a contratação.

Considerando o parecer nº 2086/00 elaborado pelo professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes no processo nº 194/2000 do TCDF: “ Só pode se falar em parcelamento quando há viabilidade técnica para sua adoção, (...) neste sentido um exame atento dos tipos de objeto licitados pela administração pública evidencia que embora sejam divisíveis, há interesse técnico pela manutenção da unicidade da licitação ou do item da mesma. Não é, pois, a simples divisibilidade, mas a viabilidade técnica que dirige o processo decisório”.

Portanto, após análise dos quesitos de divisibilidade e viabilidade técnica, neste caso em questão, a licitação por LOTE ÚNICO baseou-se na viabilidade técnica e econômica, sendo o que melhor atende o interesse da administração para este tipo de licitação, tendo em vista ser a opção que trará um menor dispêndio.

10 – Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, §1º, inciso IX).

Com a contratação do referido objeto pretende-se melhorar a trafegabilidade dos transeuntes destas vias, favorecendo o tráfego confortável e seguro de pedestres e motoristas, além de economicidade aos cofres públicos, considerando que a boa qualidade das vias do município contribuem para conservação dos meios de transporte bem como para a segurança dos usuários evitando acidentes.

Quanto a utilização de recursos humanos, a administração possui em seu quadro funcional profissionais qualificados que atuarão na Gestão e Fiscalização do objeto em questão, garantindo que o dia a dia da obra ocorra de acordo com o planejamento, evitando ao máximo retrabalhos, perda de qualidade, dinheiro e atrasos.

11 – Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (art. 18, §1º, inciso X).

Por se tratar de uma contratação de empresa especializada nesse tipo de prestação de serviço e por ser uma atividade já desenvolvida anteriormente pelos servidores, torna-se dispensável a capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual, além disso por se tratar de um equipamento que já é de posse e responsabilidade da administração, não se faz necessário adoção de medidas previamente a celebração do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



O integrante da equipe técnica detém capacidade adequada para o acompanhamento e fiscalização dos serviços a serem realizados. Deve ser avaliada cuidadosamente cada etapa da execução dos serviços e verificada a competência técnica dos integrantes da empresa responsáveis por cada procedimento, a fim de evitar acidentes e danos.

Não há necessidade de capacitação dos integrantes da equipe de planejamento para a fiscalização do presente contrato, tendo em vista que todos já foram capacitados em momento anterior.

12 – Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, §1º, inciso XI).

Considerando que todo material, equipamentos e mão de obra necessária para a conclusão do projeto em questão serão de responsabilidade da empresa contratada, dessa forma, justifica-se a contratação independente.

13 – Descrições de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (art. 18, §1º, inciso XII).

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

Conforme estabelecido pelo Art. 18, inciso XII da Lei 14.133/2021, durante o planejamento das licitações públicas e a elaboração do presente estudo técnico preliminar é imprescindível avaliar os possíveis impactos ambientais. As medidas mitigadoras deverão ser estruturadas contemplando;

- Adoção de tecnologias e procedimentos construtivos de baixo impacto ambiental.
- Implementação de práticas de gestão de resíduos sólidos, incluindo a segregação, reciclagem e destinação apropriada de resíduos produzidos nas obras.
- Controle de emissões de poluentes atmosféricos, ruídos e vibrações, conforme normas e regulamentos pertinentes.
- Elaboração de um plano de ação para atendimento de emergências e contingências ambientais.
*Monitoramento constante do cumprimento dos itens do plano de gestão ambiental, mediante relatórios técnicos periódicos.
- Capacitação de toda a equipe de trabalho nas boas práticas ambientais a serem adotadas na execução do projeto.
- Dialogar com a comunidade local sobre as ações de execução da obra e as medidas de mitigação implementadas.

A administração pública, juntamente com a CONTRATADA, deverá garantir o cumprimento eletivos das medidas estabelecidas, sendo essas indispensáveis para a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme previsão do art. 11 da Lei 14.133/2021.

14 – Posicionamentos conclusivos sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, §1º, inciso XIII).

Após os estudos técnicos que acompanham esta declaração, o técnico responsável pela elaboração deste estudo técnico preliminar, identificado no item 01 e adiante assinante de tal declaração, declara ser viável a contratação da solução pretendida, considerando que:



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.

Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



- a) a forma da contratação é a mais indicada;
- b) possui a máxima possibilidade de alcance dos resultados pretendidos;
- c) os riscos foram mitigados;
- d) cumpre os princípios de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

Mata de São João/BA, 03 de novembro de 2024.

Elaborado por: (Assinatura digital)

JONHNIA SILVA ALMEIDA

Subcoordenador de Análise /Matrícula 9077

Ciente: (Assinatura digital)

FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS

Gerente de Planejamento e Projetos /Matrícula 6643



Prefeitura Municipal de Mata de São João

Rua Luiz Antônio Garcez, nº140, Centro – Centro Administrativo – Mata de São João/BA.
Tel.: (71)3635-1310 – <http://www.matadesaojoao.ba.gov.br>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5721-9355-11F7-CE46

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JONHNIAS SILVA ALMEIDA (CPF 078.XXX.XXX-25) em 26/12/2024 18:32:09 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



FABIANA MORAIS DA CRUZ SANTOS (CPF 021.XXX.XXX-08) em 26/12/2024 18:33:52 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://matadesaojoao.1doc.com.br/verificacao/5721-9355-11F7-CE46>